

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/2023/RBPREV/AC

CARGO
S05- Procurador Jurídico Previdenciário

Caderno de Questões da Prova Discursiva
(Peça Processual e Questões Discursivas)

Leia as instruções abaixo:

A Prova Discursiva consistirá:

- a) 01(uma) peça processual de, no máximo, 120 linhas.**
 - b) 02(duas) questões discursivas acerca de temas contidos no conteúdo específico do cargo, devendo o candidato observar o número de linhas (máximo e/ou mínimo) indicado na Prova.**
-

PEÇA PROCESSUAL

Questão 1

Maria é uma servidora pública municipal, lotada na Secretaria de Educação, onde exerce o cargo de analista de políticas públicas. Ela foi aprovada em um concurso público realizado em 2015, tendo sido nomeada e empossada em 2016.

Em 2021, Maria foi surpreendida com a publicação de um decreto do Prefeito da cidade, que determinava a extinção de diversos cargos públicos, entre eles o de Analista de Políticas Públicas. O decreto também estabelecia que os servidores ocupantes desses cargos seriam exonerados automaticamente, sem direito a qualquer indenização ou aproveitamento em outro órgão ou entidade.

Maria recebeu uma comunicação oficial da Secretaria de Educação, informando-lhe que ela seria exonerada do cargo conforme o decreto municipal.

Maria considera que o decreto municipal e a comunicação da Secretaria de Educação violam o seu direito líquido e certo de permanecer no cargo público, garantido pela Constituição Federal.

Maria, inconformada com a situação, procurou você, como advogado(a), para ajuizar a ação constitucional cabível, buscando retorno imediato as suas atividades.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

DISCURSIVA

Questão 1

A Associação dos Consumidores de Energia Elétrica (ACEE), constituída há 4 (quatro) anos, ajuizou uma ação civil pública contra a Autarquia Federal X, que explora o serviço de distribuição de energia elétrica no Estado Beta, alegando que a empresa vem praticando cobranças indevidas e abusivas dos consumidores, em violação ao Código de Defesa do Consumidor e à legislação específica do setor elétrico. A ação foi distribuída para a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado Beta, que julgou procedente o pedido e condenou a Autarquia Federal X a restituir em dobro os valores cobrados indevidamente dos consumidores, bem como a pagar uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 10 milhões, revertidos ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Sobre o caso apresentado, responda, em um texto discursivo, os itens a seguir.

A) A ACEE possui legitimidade ativa para propor a ação civil pública? Explique.

B) A competência para processar e julgar a ação civil pública, no caso em tela, será da Justiça Federal? Explique.

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

Questão 2

A Lei nº 456/19, do Estado Beta, determinou que os servidores públicos estaduais, ainda que exerçam trabalho que não comprometa a saúde e segurança no ambiente de trabalho, deveriam se submeter a um exame toxicológico anual, sob pena de demissão por justa causa. O Sindicato dos Servidores Públicos do Estado Beta ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade contra a referida lei, alegando que ela violava os direitos fundamentais dos servidores. Sobre o caso apresentado, responda, em um texto discursivo, aos itens a seguir.

A) A Lei nº 456/19, do Estado Beta, é compatível com a CRFB/88? Explique.

B) Qual é o órgão competente para julgar a ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Estado Beta? Explique.

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10
